

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A PRESENÇA DE POVOS TRADICIONAIS DE
MATRIZES AFRICANAS NO BAIRRO ARQUIPÉLAGO -
EXISTEM QUILOMBOS NAS ILHAS DE PORTO ALEGRE?

AMANDA CRISTINA BAHÍ DE SOUZA

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Claudia Luisa Zeferino Pires

Porto Alegre, dezembro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A PRESENÇA DE POVOS TRADICIONAIS DE
MATRIZES AFRICANAS NO BAIRRO ARQUIPÉLAGO -
EXISTEM QUILOMBOS NAS ILHAS DE PORTO ALEGRE?

AMANDA CRISTINA BAHÍ DE SOUZA

Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Geografia no Instituto de Geociências da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Claudia Luisa Zeferino Pires

Banca Examinadora: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Prof. Dr. Nelson Rego

Porto Alegre, Dezembro de 2015.

CIP - Catalogação na Publicação

Souza, Amanda Cristina Bahi de
A Presença de Povos Tradicionais de Matrizes
Africanas no Bairro Arquipélago - Existem Quilombos
nas Ilhas de Porto Alegre? / Amanda Cristina Bahi de
Souza. -- 2015.
46 f.

Orientadora: Claudia Luiza Zeferino Pires.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2015.

1. quilombos. 2. matrizes africanas. 3.
comunidades tradicionais. 4. bairro Arquipélago. 5.
Porto Alegre. I. Pires, Claudia Luiza Zeferino,
orient. II. Título.

Agradecimentos

Quero agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo ensino gratuito e de qualidade. Agradeço à minha orientadora, Claudia Luisa Zeferino Pires, por seus ensinamentos, questionamentos e tranquilidade na orientação dos trabalhos. Agradeço aos professores do curso, em especial aos professores Álvaro Heidrich e Nelson Rego, por quem tenho tamanha admiração.

Agradeço aos moradores que participaram das atividades deste trabalho, que dispuseram seu tempo para contar um pouco das suas histórias sobre o bairro Arquipélago.

Agradeço aos meus amigos, que me fazem entender o verdadeiro sentido da palavra AMIZADE. Com menção especial para Vinicius Cardia, Angelene Lazzareti, Luiza Ryff Moreira, Tielle Dias, Taís Oliveira, Carlos Scherer, Rossana Sarmiento, Fernando Scottá, Daniel Mantovani, Andrea Lemos, Thiago Silva, Aurélio Amaro, Frantiesca Pereira, Lucas Schneider, Isabel Rekowsky e Heloise Canal. Vocês são muito importantes para mim!

Aos meus padrinhos, Margot e Petico, obrigada por estarem sempre próximos dispostos a me ajudar. E Carolina, por toda a “arte” que já fizemos juntas, desde meninas!

Minha família, vocês são o que eu tenho de mais importante na vida. Jussara (mãe), Paulo (pai), Pedro, Leandro e João Paulo (manos), amo vocês!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo levantar as questões sobre a presença de povos tradicionais de matrizes africanas e os indícios da existência de quilombos no bairro Arquipélago, do município de Porto Alegre-RS. No Brasil, os quilombos constituem o reconhecimento da ocupação histórica dos povos tradicionais de matrizes africanas, legitimando assim sua presença e seu território. Dentro deste contexto, o município de Porto Alegre apresenta alguns quilombos em seu território, mas pouco se fala ou se vê sobre a presença da ocupação histórica de negros no bairro Arquipélago, que sobretudo, está inserido em uma Unidade de Conservação de administrações estatal e federal. Este trabalho busca apresentar aspectos da presença de povos negros no bairro, a partir de elementos atuais e históricos, no sentido de levantar as possibilidades da existência de quilombos, bem como dar visibilidade aos povos negros no território, presentes no bairro, no município e na Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí.

Palavras-chave: quilombos, matrizes africanas, Comunidades Tradicionais, Bairro Arquipélago, Porto Alegre.

ABSTRACT

This work's objective is to raise questions about the presence of traditional peoples of african origin and the evidence of the existence of quilombos on Arquipélago neighborhood, in the city of Porto Alegre-RS. In Brazil, the quilombos constitute the recognition of the historical occupancy of traditional people of african origin, legitimizing thus its presence and territory. Inside this context, the city of Porto Alegre present some quilombos on its territory, but little is heard or seen about the historical occupancy of black people on Arquipélago district, that mainly, is inserted on a Conservation Unit of state and federal administrations. This work searches to introduce aspects of the presence of black people on the district, starting with current and historical elements, in the sense to know about the possibilities of quilombos existence, as well as to give visibility to black people on the territory, present on the district, on the city and on the Ambiental Protection Area of Jacuís' Delta.

Key-words: quilombo, african origin, Community Traditional, District Arquipélago, Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização e situação do bairro Arquipélago em Porto Alegre	13
Figura 2: Histórico da ocupação do bairro Arquipélago	24
Figura 3: Montagem de títulos de notícias sobre as ilhas.....	24
Figura 4: Mapa dos acidentes geográficos mencionados	28
Figura 5: Grupo Focal com moradores.....	31
Figura 6: Cartografia Participativa com moradores	32
Figura 7: Recanto da Oxum – Marcador Territorial Vivo.....	35
Figura 8: Vestes em cerimônia religiosa	36
Figura 9: Elementos da cerimônia religiosa	36
Figura 10: Representação de Oxum em cerimônia religiosa.....	37
Figura 11: Mapa da Cartografia Participativa com os moradores sobre as práticas territoriais de matrizes africanas	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Acidentes Geográficos mencionados	27
Quadro 2: Locais apontados no trabalho com a Cartografia Social	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
AFROSOL – Associação da Escola de Samba Unidos do Pôr do Sol
APA – Área de Proteção Ambiental
APAEDJ – Área de Proteção Ambiental Estadual do Delta do Jacuí
CAR – Centro Administrativo Regional
CF – Constituição Federal
CPISP – Comissão Pró-Índio de São Paulo
CRAS - Centro de Referência e Assistência Social
FONSAPOTEMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
MONABANTO - Movimento Nacional do Povo Banto
MP – Ministério Público
PAE – Plano de Ações Emergenciais
PEDJ – Parque Estadual do Delta do Jacuí
PM – Plano de Manejo
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PBQ – Programa Brasil Quilombola
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Justificativa.....	11
1.2. Objetivos.....	12
1.2.1. Objetivo Geral	12
1.2.2. Objetivos Específicos	12
1.3. Situação e Localização da área de estudo.....	13
2. QUILOMBOS – DE UMA SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL À CONSTITUCIONAL	15
2.1. Reconhecendo os marcadores simbólicos e territoriais dos povos africanos	20
3. A OCUPAÇÃO DE POVOS DE MATRIZES AFRICANAS NO BAIRRO ARQUIPÉLAGO	23
3.1. As toponímias do passado e do presente nas ilhas	26
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
4.1. Estudo Bibliográfico.....	30
4.2. Levantamento de Campo	30
4.2.1. com os gestores da UC	30
4.2.2. Reuniões do Conselho Deliberativo	30
4.2.3. Reuniões com Moradores.....	31
4.2.4. Atividade Interativa com Moradores – Cartografia Participativa	31
4.2.5. Participação em Eventos culturais.....	33
4.2.6. Os Marcadores Territoriais de Povos Tradicionais de Matrizes Africanas no Bairro Arquipélago	33
5. CONSIDERAÇÕES	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1. INTRODUÇÃO

O Bairro Arquipélago possui uma característica diferenciada dos demais bairros do município de Porto Alegre. Trata-se de um bairro localizado em uma Unidade de Conservação (UC) mista que compreende duas UC's: a Área de Proteção Ambiental Estadual do Delta do Jacuí (APAEDJ) e o Parque Estadual do Delta do Jacuí (PEDJ). Este bairro, por sua peculiaridade em questão, conta com uma população de ocupação histórica de pescadores e de descendentes africanos. Por localizar-se em uma UC, os pescadores deste bairro são constituídos em uma comunidade tradicional, em vias da prática cultural da pesca artesanal.

Para o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, são também consideradas comunidades tradicionais as comunidades quilombolas e as Terras Indígenas (BRASIL, 2003). Dentro deste contexto, não é mencionado em nenhum documento a existência de Terra Indígena no bairro, mas existem documentos oficiais mencionando a existência de antigos quilombos, bem como a ocupação histórica de descendentes africanos.

Existem documentos que mencionam a ocupação histórica de povos negros nos domínios do bairro, evidenciados por elementos na paisagem. Entretanto, a questão de ocupação histórica de povos negros não possui registros oficiais que lhe conferem legitimidade e visibilidade. A questão circunda o âmbito do reconhecimento de quilombos, e da presença de comunidades tradicionais de matrizes africanas, uma vez que, sendo comunidade tradicional, possuem direito aos Territórios Tradicionais, sobretudo em áreas de Área de Proteção Ambiental (APA). Compreende-se por Territórios Tradicionais (BRASIL, 2007).

os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

A UC da APAEDJ teve publicado o seu Plano de Manejo (PM) do Parque em 2014, e atualmente está em vias de publicação o Plano de Manejo da APA. Anterior ao PM, a UC contava com a Portaria 007/2010, o Plano de Ações Emergenciais (PAE), que tinha como objetivo definir as ações possíveis e não possíveis dentro da APAEDJ enquanto não fosse publicado o PM. Uma das ações previstas no PAE para as

comunidades tradicionais, tinha os seguintes objetivos específicos, (RIO GRANDE DO SUL, 2010):

- a) Identificar as comunidades tradicionais, pescadores e quilombolas;
- b) Possibilitar a continuidade de suas atividades de modo sustentável;
- c) Proteger os elementos informativos históricos e sociais.

Em vias da demora na publicação do PM, houve em 2013 uma intervenção do Ministério Público (MP), que repercutiu na publicação do PM do Parque em 2014, ficando ainda pendente o PM da APA. O referido documento não identifica a existência de comunidades quilombolas nas dependências da UC. Conforme o PM, não há presença de indígenas e quilombolas atualmente localizados na região, havendo somente uma categoria de moradores identificada como comunidade tradicional – os pescadores (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Outros documentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) abordam de forma superficial a ocupação histórica de povos africanos no Arquipélago, porém não aborda a existência de quilombos no bairro. Estabelece-se assim, a razão deste trabalho, que busca compreender, em meio à carência de recursos bibliográficos e documentos referentes ao assunto, como se evidencia a presença de povos tradicionais de matrizes africanas no bairro, dentro da perspectiva de existência quilombos. Se existe ocupação histórica de povos africanos e atuais manifestações de práticas culturais e elementos que demonstram estas marcas na paisagem, por que não se fala na existência de quilombos no bairro?

1.1. Justificativa

Frente à carência de recursos bibliográficos, e à carência de informações a respeito da história da ocupação de povos tradicionais de matrizes africanas no bairro, torna-se necessária a pesquisa e o trabalho para desvendar um assunto que, quando levantado, pouco se entra em detalhes a seu respeito.

O município de Porto Alegre possui uma história sobre o início de sua ocupação e sobre como surgiram e se consolidaram seus bairros, cada um com suas características. O bairro Arquipélago, por sua vez, possui peculiaridades, desde seu formato natural (a configuração em ilhas) à sua localização em uma UC – também de características muito peculiares. Neste sentido, o bairro conta com ocupação histórica de índios, negros e pescadores, que fazem parte da história do município e por isso precisam e merecem serem documentadas com maiores detalhes e a devida atenção.

No que se refere aos povos de matrizes africanas, tema deste trabalho, acredita-se que por fazer parte do processo histórico da formação do município, requer uma atenção dobrada devido o passado marcado pelo regime de escravidão, que permeia a história de nossa sociedade. Marcas estas que ainda hoje são muito fortes, presentes nas diferenças sociais e estigmatização, da discriminação e do racismo contra o negro.

No que se refere ao estudo da Geografia enquanto ciência, este trabalho se justifica pela importância da constituição de múltiplas etnicidades de formação do território brasileiro, buscando uma forma de compreender o território, a partir de sua formação histórica e configuração presente, negando a invisibilidade de seus aspectos de formação. O trabalho também se aproxima da etnogeografia, termo ainda pouco utilizado, embora seja útil para designar o campo onde as curiosidades são numerosas, os trabalhos de valor e as orientações originais (Claval, 1999). Voltada para a compreensão do espaço produzido, construído e transformado pelos homens, por meio das técnicas que permitem o domínio sobre o mundo. Desta forma, se torna de imprescindível importância da legitimidade das comunidades tradicionais, dadas às suas práticas culturais vivenciadas e passadas por gerações. Torna-se também necessária a atenção e visibilidade destas comunidades, a fim de fomentar a valorização e fortalecimento de sua cultura e de seus direitos, bem como a compreensão da presença de povos tradicionais de matrizes africanas como um dos elementos constituintes na formação do território brasileiro, sobretudo, nas ilhas do município de Porto Alegre.

1.2. Objetivos

O trabalho tem por objetivos, geral e específicos, os listados a seguir.

1.2.1. Objetivo Geral

Avaliar dimensões socioculturais e espaciais sobre a legitimidade de comunidades tradicionais de matrizes africanas no bairro Arquipélago.

1.2.2. Objetivos Específicos

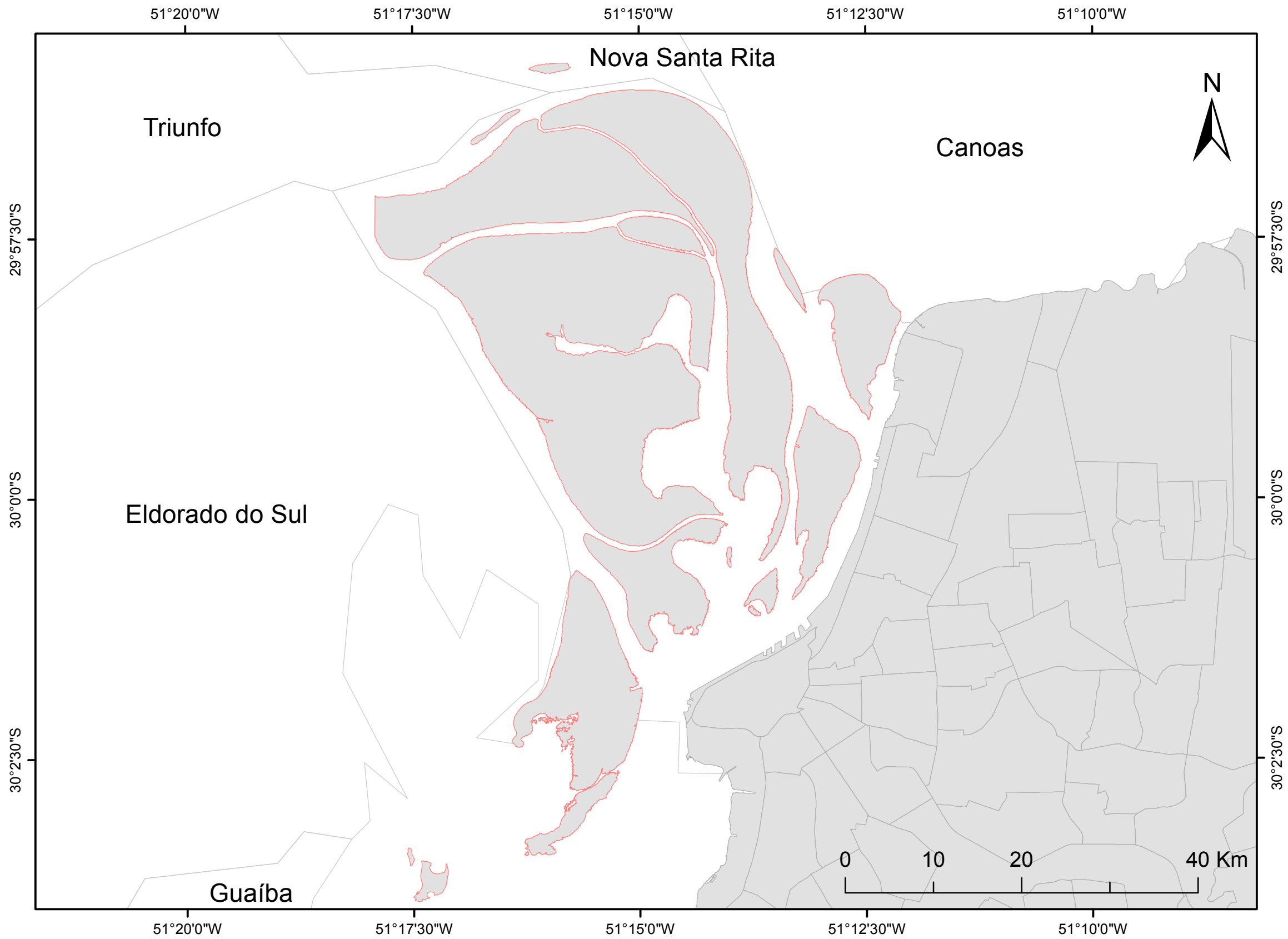
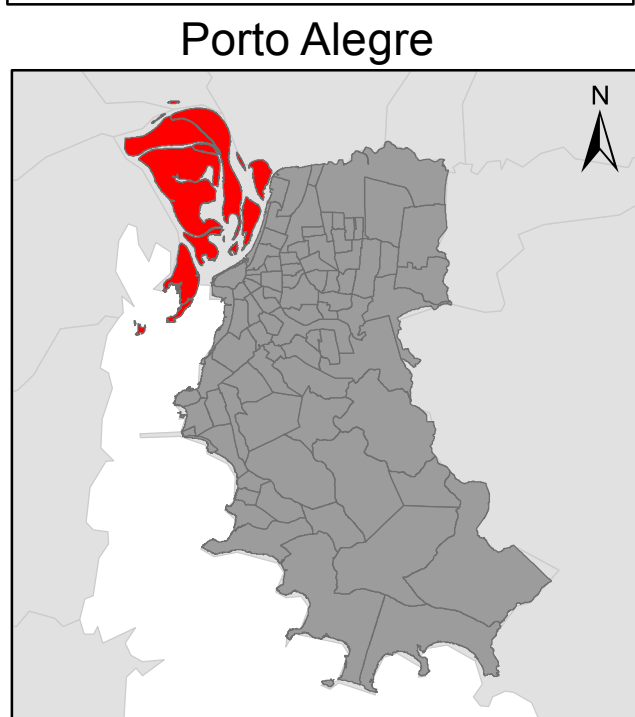
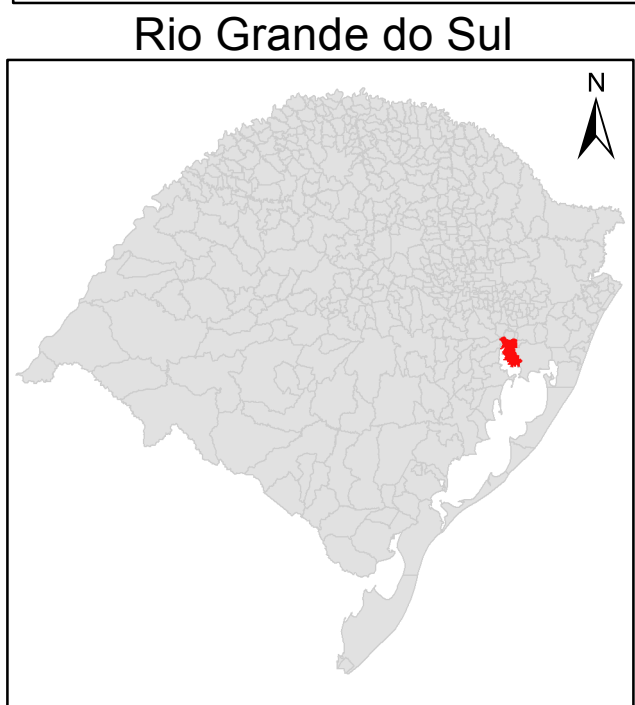
- Abordar aspectos da legislação referente a existência de quilombos e de comunidades tradicionais de matrizes africanas no Brasil;
- Levantar elementos que evidenciam a ocupação histórica de povos africanos no bairro;

- Mapear os locais referenciais das práticas socioculturais dos povos de matrizes africanas;
- Refletir sobre a visibilidade dos povos de matriz africana e sobre o reconhecimento de comunidades tradicionais, sobretudo localizadas em unidades de conservação de modo a contribuir para gestão das UC's.

1.3. Situação e Localização da área de estudo

O bairro Arquipélago (Figura 1) possui uma característica diferenciada dos demais bairros de Porto Alegre, pois compõe parte das Unidades de Conservação da APA e do Parque Delta do Jacuí.

Figura 1: Mapa de Localização e situação do bairro Arquipélago em Porto Alegre



Legenda:

- Porto Alegre
- Bairro Arquipelago

Localização do Bairro Arquipélago

Trabalho de Conclusão de Curso
A presença de povos tradicionais de matrizes africanas no bairro Arquipélago - Existem quilombos nas ilhas de Porto Alegre?
Elaborado por Amanda Bahi de Souza

Datum: Sirgas 2000
Projeção UTM
Fonte de dados: IBGE.

2. QUILOMBOS – DE UMA SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL À CONSTITUCIONAL

As comunidades tradicionais apresentaram uma melhoria na qualidade de vida dentro do contexto de desenvolvimento econômico e social do país. Entretanto ainda apresenta indicadores de desenvolvimento humano, muito desiguais aos segmentos da população, o que fortalece a necessidade de receber maiores investimentos em programas específicos.

A partir do Decreto n.º 6.040 de sete de fevereiro de 2007, entende-se por povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007):

os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No que tange às comunidades tradicionais dos povos de matrizes africanas, a questão se refere não apenas ao acesso à terra, mas também aos marcadores simbólicos de origem de territórios africanos. Para os povos africanos, a terra é mais que um bem econômico, relacionada intimamente à identidade, a partir da qual se constituem as relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidas por bens materiais e imateriais (BRASIL, 2004).

A questão que circunda as comunidades tradicionais não se refere apenas à sua visibilidade ou à reconstituição de sua identidade. Ela permeia os trâmites da regularização fundiária, do acesso à terra e do reconhecimento de comunidades quilombolas. Compreende-se por Quilombola os descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos (BRASIL, 2015).

Privados de sua territorialidade e de seu modo tradicional de vida e produção, muitos quilombolas procuraram as periferias das grandes cidades, como forma de busca pelo espaço para viver. Conforme exposto no Programa Brasil Quilombola (PBQ), a terra é o elemento fundamental que singulariza o modo de viver das comunidades quilombolas. Tendo significado na ancestralidade, resistência, memória, presente e futuro, a terra é fortemente marcada pela tradição e respeito aos bens naturais como garantia de reprodução física, social e econômica (BRASIL, 2004).

A Constituição Federal garante direitos aos sujeitos quilombolas os direitos e reconhece a singular importância dos tratamentos especiais que merecem as comunidades indígenas e quilombolas, tendo em vista suas trajetórias e discriminação sofrida. Assim, terra e quilombo constituem uma relação complexa da formação histórica e social do Brasil, que por sua vez, apresenta barreiras contra a promoção da cidadania para as comunidades quilombolas. Barreiras estas ideológicas, políticas, jurídicas e administrativas, que resultam em conflitos de interesses que procrastinam as ações que promovem a regularização fundiária dos quilombos.

Em vista das dificuldades e das barreiras ideológicas advindas de diversas partes, seja da própria sociedade civil, seja da própria legislação, convém levantar a compreensão a respeito do significado de quilombo, desde um conceito histórico a um conceito socioantropológico, para então compreender o sentido do direito conferido pela constituição.

A partir desta compreensão, emerge a questão: O que é um quilombo? Leite (2000) resgata a questão do acesso do africano à terra na formação territorial do Brasil, apontando que desde a primeira Lei de Terras do Brasil, datada de 1850, os negros não foram enquadrados na categoria de brasileiros, mas foram mencionados como “libertos”. E desde então foram atingidos por todas as formas de racismos e violência que a cor da pele anuncia - e denuncia, sendo expulsos dos lugares que escolheram para viver. Foi a partir daí, que para os negros, o simples ato de apropriação do espaço para viver significa um ato de luta, de guerra (LEITE, 2000).

O Brasil tem sido cenário de reivindicações de direito à permanência, reconhecimento legal e posse de terras para as comunidades quilombolas nos últimos anos. Terras estas ocupadas visando a moradia, o sustento e as suas práticas socioculturais. Estas lutas decorrem do crescente movimento de entidades de associações de quilombolas, que lutam pelo reconhecimento de terras.

Foi a partir da significação da apropriação do espaço, que o quilombo passou a representar uma forma de organização e luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações, como um direito a ser reconhecido e não meramente lembrado, como merecido destaque no Ato 68 da Constituição Federal de 1988, para o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas, (Leite, 2000).

A reivindicação dos direitos à terra, por comunidades tradicionais vem encontrando dificuldades devido às significações do termo “quilombo”, isto porque

muitas vezes o termo pode estar associado à lembrança do “refúgio” e das memórias inóspitas do passado. Para tal verificação e reivindicação dos direitos assegurados pela constituição, é necessário, portanto, compreender a significação do termo quilombo, que vem sendo modificado e ressignificado com o passar do tempo, para enfim, compreender quais são as dificuldades em assumir a identidade de comunidades tradicionais quilombola no Brasil.

A definição clássica de *Quilombo*, remonta ao século XVIII, quando do entendimento jurídico estava impregnado a uma intervenção, baseada na ideia de fuga, ou de negros fugitivos, sendo esta definição uma visão distorcida e recorrente até os dias de hoje (Chagas, 2001). Mas Leite (2000) resgata o termo, como utilizado pelos próprios africanos bantos, que foi se modificando com o passar do tempo. O Conselho Ultramarino Português, de 1740, definiu como quilombo a habitação de negros, que contem mais de cinco, ainda que não tenham ranchos levantados ou se encontrem em pilões. O termo também já foi associado a uma reação guerreira diante de uma situação opressiva, representando uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se oporem a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política, na qual se encontravam os oprimidos.

A autora afirma que o antropólogo Almeida se esforçou para conduzir uma demonstração a respeito das terras chamadas quilombos, as quais deveriam ser remetidas à formalização jurídica de terras de uso comum, por meio de domínios doados, entregues ou adquiridos, ou como concessões feitas pelo estado. Estas terras compreendem diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período posterior à escravidão, em que não existem apenas afrodescendentes envolvidos (Almeida, 1989). Isto revela que, se existiu um escravo, existiu alguém que o escravizou, portanto, não se trata de um “problema” de apenas um sujeito.

A Constituição trata o debate como uma dívida que a nação teria com os afro-brasileiros, ou seja, não se trata única e exclusivamente à reivindicação de títulos fundiários, mas também de uma revalorização da cultura e da luta antirracista.

O termo quilombo passou a ser considerado ainda mais distante da compreensão social pelos termos utilizados na Constituição de 1988, que mencionou o termo “remanescente de comunidades de quilombos”, sugerindo um conceito cristalizado, congelado no tempo, de direito apenas dos descendentes, como se eles já estivessem se perdido no tempo. Estes termos trouxeram várias discussões conceituais e

vários impasses intelectuais sobre a significação destes termos, como verificado no Ato 68 da Constituição de 1988.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos.

A ideia que o artigo remete é que o termo quilombo é algo que já não existe ou está em vias de desaparecimento. Para a desconstrução desta ideia foi necessário o trabalho da Associação Brasileira de Antropologia, a partir da relativização da própria noção do termo “quilombo” para resgatá-lo em seu papel modelar, como inspiração política para movimentos sociais contemporâneos (Leite, 2000). A questão revelou-se de grande complexidade, pois compreendia tratar de aspectos referentes à identidade dos negros e as questões de fundo envolvidas, como a identidade cultural e política das minorias de poder no Brasil.

Após construída a significação do termo, se tornou possível a compreensão e a discussão do Ato 68, que discutiu primeiramente, quem seria o sujeito do direito. O termo “negro” e as experiências nele inscritas revelam a ambiguidade da marginalização e da força simbólica, que identifica uma identidade social. Na constituição, o sujeito é a comunidade, pois derivam os “remanescentes”, que mais tarde passariam a ser chamados quilombolas. Isto quer dizer que o Ato 68 se refere ao grupo e não ao indivíduo. A partir desta compreensão, é possível concluir que não é a terra o elemento principal e exclusivo para a designação do direito, e sim a condição de membro do grupo.

A terra é importante para a continuidade do grupo, mas não o elemento único que define estes povos. A terra é importante pelas condições que possui de oferecer permanência das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo. Desta forma, o quilombo pode passar a viabilizar novas políticas e estratégias de reconhecimento. Ao passo que confere aos membros do grupo a responsabilidade em definir seus interesses legítimos e poder de aglutinação, lhes possibilita questionar as movimentações partidárias em campanhas políticas e revisar as prioridades sociais através de implementações de políticas sociais voltadas aos interesses da comunidade (LEITE, 2000).

Dentro deste cenário, existem no Brasil comunidades que se identificam como quilombos e diversos setores da sociedade, como associações de moradores, entidades de movimentos negros, religiosas e ONG's que possuem conhecimento no assunto, visto que é recente na história brasileira a referência do termo quilombo a algo que não está preso no passado (ANJOS, 2006). O autor afirma que nos próximos anos surgirão milhares de quilombos de norte a sul do Brasil, bem como nos demais países da América Latina.

Os assuntos referentes a quilombos se constituem de extrema importância no ensino e na gestão porque diz respeito às características do território de diferentes grupos étnicos e culturais no Brasil, configurando uma geografia complexa, multifacetada e cuja população precisa ser devidamente conhecida (idem). Isto se verifica porque a presença de povos africanos faz parte da formação do território brasileiro.

Contudo, é necessária a definição e abrangência do fenômeno, visto que o termo quilombo ainda é carregado de estigma decorrente de discriminação e preconceito racial. Para o fenômeno ganhar força, é necessário incluir pessoas que já se identificam como quilombola e as que ainda não se identificam como tal, por não possuírem organização e meios para formulação de discurso articulado nos termos sugeridos.

Para Leite, (2000)

O resgate do quilombo, como um conceito socioantropológico e não apenas histórico, proporciona o aparecimento de novos atores sociais, ampliando e renovando os modos de viver da identidade negra. Vem evidenciar o aspecto militante e não acomodado, contrariando os estereótipos correntes de conformismo, embranquecimento, malandragem e corrupção que fundamentam as falsas noções de democracia racial vigentes no país.

Isto quer dizer que, ainda que se assuma a identidade proveniente do quilombo, há que se romper com o estigma associado à cor da pele. O estigma de violência, de malandro e outras atribuições pejorativas associadas ao negro, ainda é muito forte para recorrer à valorização e identificação desta cultura.

A partir do reconhecimento de remanescente de quilombo, se parte para o que seria o quilombola. Alguns estudos apontam que a presença da dimensão histórica deve ser valorizada na inter-relação com a condição social dos próprios quilombolas. Esta transição reside na condição de escravo para camponês livre, seja qual for a estratégia para se chegar a esta condição, sendo a fuga, um dos elementos ainda presentes

(Chagas, 2001). Mas é preciso observar que a conexão com a história quilombola está muito mais associada a um vínculo sociocultural e histórico do que com um traçado de ligações lineares com o passado. A autora também aponta que houveram outros estudos que consideram os “remanescentes das comunidades de quilombos” os que lograram permanecer livres no interior da sociedade escravocrata. Neste sentido, o termo é muito atribuído à resistência, praticada por alguns canais como a religiosidade, o parentesco, o trabalho familiar na terra, também consideradas como formas de luta por um lugar social na condição de liberdade.

2.1. Reconhecendo os marcadores simbólicos e territoriais dos povos africanos

A presença de povos tradicionais africanos pode ser percebida por marcadores simbólicos e territoriais, dada à cultura marcante deste povo. Nos trabalhos voltados à etnogeografia, o mundo que os homens desenham coloca em jogo deuses, espíritos e forças cósmicas: sua topografia mistura espaços profanos e espaços sagrados (CLAVAL, 1999). Com relação ao estudo do território, tem-se em Heidrich, (2013) a concepção de uso coletivo do espaço por uma sociedade. Para Heidrich (*idem*), identifica-se um território singular quando em uma determinada área há ocupação por um grupo que habita e produz um habitat com características específicas que advém de uma cultura e uma forma própria de uso dos recursos existentes. Segundo Anjos (2006), Os povos africanos e seus descendentes eram detentores de uma forte cultura de espaço geográfico, o que é facilmente reconhecido nas localizações de difícil acesso, onde se organizavam os quilombos.

Henrique (2012) aponta marcadores simbólicos do território de povos africanos, que estão associados a elementos que definem e caracterizam a originalidade dos territórios, podendo ser classificados em cinco categorias de marcadores: os vivos, os religiosos sagrados, os fabricados, os históricos e os musicais. Estes marcadores evidenciam uma multiplicidade de representações que assinalam e definem os territórios, garantindo sua originalidade.

- **Marcadores “vivos”:** Para Henrique (2012), são os marcadores criados pela natureza e incontroláveis pelo homem. São exemplos as águas, porque o homem precisa da água para viver; como a vegetação, cuja vitalidade está associada à terra, a partir das raízes. Estes marcadores devem ser identificados para

assegurar o processo de socialização do espaço, evidenciando a posse do território.

- **Marcadores religiosos/sagrados:** É marcado por uma carga simbólica do sagrado, constituindo um marcador simbólico muito significativo devido à relação com os mortos e com os vivos. Desempenha diferentes funções: no corpo, nas máscaras, nas casas e nos mais diversos objetos. Dizem respeito aos objetos de natureza e importância diferentes, indispensáveis em algumas cerimônias, que permitem que se estabeleça o contato direto com os espíritos.
- **Marcadores “fabricados”:** Correspondem principalmente aos espaços de habitação, desde as aldeias às cidades africanas, com suas construções feitas de materiais disponíveis, como vegetais, tecidos ou argila pintada. Conforme Henrique (idem), as aldeias e cidades africanas não priorizam a reclusão e isolamento. Elas suscitam as relações com os outros, levando-os habitantes à elaboração de uma rede de circulação complexa. Sem ocorrência de uma cartografia desta rede de circulação, a localização era feita por marcadores fabricados, para a sinalização dos territórios. Este tipo de marcador possui dois objetivos: assegurar a circulação e o descanso daqueles que se entregam a viagens, sejam elas a trabalho ou não.
- **Marcadores “históricos”:** Para as sociedades sem escrita banalizada, os marcadores históricos precisam ser registrados porque existem particularidades significativas (HENRIQUE, 2012). É possível falar de monumentos que articulem elementos naturais e fabricados, sendo a interpretação de mobilização da história do grupo. Henriques exemplifica este tipo de marcador como o caso das árvores sagradas que os europeus consideravam como feitiços, ou as sepulturas. Trata-se de uma organização do espaço que assegure a socialização da natureza.
- **Marcadores musicais:** Conforme Henrique (idem), os tambores são marcadores musicais, porém não são utilizados apenas para produzir músicas. A partir dos tambores é possível organizar uma linguagem “tamborinada”, que permite estabelecer relações de distância entre os grupos distintos, apoiando, desta forma, a coesão do território. A autora também verifica que o processo de socialização está ligado a uma tríade baseada na música, dança e canto.

Os marcadores territoriais representam uma forma de reconhecer, através dos elementos citados, o território de povos africanos junto a seus símbolos e significados.

Assim, a autora vê nos elementos vivos, religiosos, fabricados, musicais e históricos, os critérios essenciais para o reconhecimento dos territórios africanos.

3. A OCUPAÇÃO DE POVOS DE MATRIZES AFRICANAS NO BAIRRO ARQUIPÉLAGO

A ocupação de povos negros nas ilhas remete ao processo de ocupação histórica de Porto Alegre. O município tem sua fundação oficial datada de 26 de março de 1772 (PMPA, 2014), tendo seu povoamento iniciado em 1752, com a chegada dos 60 casais açorianos portugueses. O município seguiu sua evolução histórica, se tornando a capital da capitania em 1773, e a partir de 1824 passou a receber imigrantes do mundo todo, entre eles alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus, libaneses, contribuindo para a composição das múltiplas expressões de origens étnicas, religiosas e linguísticas.

De acordo com o histórico dos bairros de Porto Alegre (PMPA, 2014), o bairro Arquipélago é formado por 16 ilhas e considerado um dos bairros mais peculiares do município. A peculiaridade, atribui-se à extensa área de UC, correspondente à APA, ao Parque e à cultura de ilhéus, desenvolvida pelos seus habitantes. Neste documento é também mencionada a ocupação antiga de índios guaranis e de negros nas ilhas, sendo encontrados elementos que fazem referências à presença de quilombos no bairro (PMPA, 2014).

Segundo os moradores antigos do Arquipélago, no século XVIII as ilhas Saco do Quilombo, Maria Conga também chamada Ilha do Quilombo (atual Ilha das Flores) e Maria Majolla abrigaram ancestrais escravos. A presença de quilombo nas Ilhas é assunto ainda pendente de estudo aprofundado, porém documentos da Câmara do século XIX comprovam a presença de população negra na Ilha em 1810, e dá indícios que sua ocupação seja anterior a esta data.

O estudo de Müllich (2011) menciona a ocupação histórica do bairro com a presença de índios, negros, pescadores e outros moradores¹. Neste contexto, a presença de negros no bairro Arquipélago remete ao século XVIII (Figura 2).

¹Compreende-se por outros moradores os identificados como marceneiros, moradores sazonais e de alta renda, conforme Müllich (2011).

Figura 2: Histórico da ocupação do bairro Arquipélago

A partir de 1680	• índios
A partir de 1772	• negros
A partir de 1820	• pescadores
A partir de 1890	• Outros moradores

Fonte: Adaptado de Mullich, 2012.

A invisibilidade das ilhas para a gestão municipal não é assunto recente. Presume-se que esta invisibilidade esteja associada à configuração diferenciada do bairro, constituído por ilhas e visto como “de fora” da cidade, o que não justifica a indiferença. Em pesquisa por notícias de jornal sobre as ilhas de Porto Alegre, os títulos das notícias associam as ilhas ao abandono, ao isolamento, até mesmo mencionadas como “vizinhas” da cidade, como visto na Figura 3.

Figura 3: Montagem de títulos de notícias sobre as ilhas



Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre².

Sendo um bairro de característica peculiar, como já mencionado, a visibilidade de ocupação de povos de matrizes africanas nas ilhas não foge à regra. Seguindo o

² Recortes de notícias históricas de jornais, encontradas no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho Localizado na Avenida Bento Gonçalves, 1129 – Bairro Partenon.

exemplo de invisibilidade pela gestão pública, a ocupação de negros está igualmente invisível para os estudos de territórios negros na cidade.

No estudo de Silva (1999) sobre o príncipe Custódio e a religião afro gaúcha, a autora aborda os primeiros bairros negros de Porto Alegre. Segundo Silva (idem), o primeiro bairro negro em Porto Alegre foi a Cidade Baixa, bairro que abrigou o Príncipe Custódio, nobre africano, muito respeitado por militares e políticos da alta sociedade do século XIX por representar uma nobreza e também por seus atributos de poder religioso.

As referências à data da ocupação territorial negra no bairro Cidade Baixa (PMPA) remontam ao início do século XIX, quando a localidade era conhecida como “Emboscadas”, e era um local de refúgio para os escravos evadidos da servidão. Atualmente a localidade compreende o Quilombo do Areal. Outros locais que serviram como pontos de instalação de negros após o fim da escravidão foram o Campo do Bom Fim (atual Parque Farroupilha e adjacências), a chamada Colônia Africana, no atual bairro Rio Branco, Menino Deus e Praia de Belas (COSTA, 2008). Estas localidades, conforme a autora ficavam fora dos limites da cidade, que na época, restringia-se praticamente ao atual Centro.

Dentro do contexto da ocupação de negros em Porto Alegre, conforme a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), existem cinco comunidades quilombolas, sendo eles chamados: Alpes, Areal da Baronesa, Comunidade Quilombola da Vila dos Sargentos, Família Fidélis e Família Silva. Enquanto que no bairro Arquipélago, a existência de quilombos é um assunto pendente (PMPA, 2014). A existência de quilombos nas ilhas pode ser um assunto aberto nos registros oficiais dos gravames da administração pública, mas existem, embora escassos, documentos associados à presença de quilombos e de ocupação histórica de negros nas ilhas.

Gomes, (1995) aborda a história da presença de negros nas ilhas dentro do contexto do processo de colonização de Porto Alegre. O autor pontua o momento histórico da colonização do Brasil, que enquanto colônia de Portugal baseava-se num sistema colonial escravocrata. Dentro deste contexto, foram trazidos à força para o Brasil, no período entre 1550 a 1850, mais de três milhões e meio de africanos. O colonizador ocupou as terras dos índios e obrigou os africanos a trabalharem para si, de uma forma perversa e violenta de exploração.

A partir da compreensão deste momento histórico, pode-se abordar a questão da ocupação dos negros no bairro Arquipélago, cuja localização de documentos que mencionem registros e dados sobre o escravismo é dificultada pelo decreto do

Ministério da Fazenda, que ordenou em 1890, a queima papéis e matrículas relativos à escravidão (Gomes, *idem*).

A ocupação de negros nas ilhas é possivelmente anterior à data de 1810. Isto se verifica por um registro de compra de terras datada deste ano, já utilizando a denominação de Ilha do Quilombo (GOMES, *ib.*). As ilhas guardam os nomes que remetem a denominações da presença africana, como Ilha do Quilombo, Saco do Quilombo, Ilha da Maria Monjolla e Maria Conga. Representam marcas excepcionais da presença africana enquanto tradição escravista de luta e resistência. O autor levanta indícios baseados em depoimentos de moradores das ilhas.

Muitos chamam de Ilha do Quilombo porque aqui na ilha existe um lugar que os negros, na época fugiam dos seus senhores (...) e vinham e se escondiam aqui porque aqui era um lugar mais difícil de acesso (Loir da Silva Figueiró, pescador).

Aos sete anos eu recorro que nós íamos numa sanga, e esta sanga meu pai contava que tinha sido feita pelos escravos, pelos congos, porque esta ilha era habitada pela Maria Conga e quando eles fizeram de uma sanga, que iniciava dentro do Arroio Maria Conga, fronteira ao cais do porto (Aracy Bitencourt Fonseca, dona de casa).

As formas como estas ilhas foram chamadas, por aqueles que as ocuparam, representam uma forma de significação e de identidade. Para Gomes (*ib.*), quando alguém dá um nome a um lugar, coisa, ou pessoa, está querendo dizer que este nome significa alguma coisa. Compreende-se que os negros, assim chamaram estes locais em uma busca de defesa da dignidade, integridade física e psicológica. Viram nas ilhas a esperança de recomporem sua existência e fundarem um novo modo de vida, o que faz da presença negra de fundamental e relevante importância no processo de povoação do bairro Arquipélago.

3.1. As toponímias do passado e do presente nas ilhas

O bairro possui algumas ilhas que tiveram suas toponímias modificadas no decorrer do tempo. Existem toponímias que remetem à existência de antigos quilombos, representando marcadores do passado da presença de povos africanos nas ilhas. Atualmente, alguns marcadores tiveram suas toponímias alteradas, caracterizando os acidentes geográficos do bairro. As antigas toponímias das ilhas, bem como aquilo que elas representam, evidenciam uma tendência a caírem no esquecimento. Para tanto é

necessário o resgate das antigas toponímias, para que se tenha a compreensão da atual localização dos marcadores mencionados, que não se encontram mais nos mapas atuais.

Por sua configuração de ilhas, o bairro se caracteriza pela formação por processos aluvionais (LICHT, 1990), caracterizando uma formação muito dinâmica, que implica no aumento ou diminuição de suas feições, bem como o surgimento e o desaparecimento de algumas delas. Somado ao processo de ocupação histórica, os acidentes geográficos causam confusão quanto às suas localizações. Na tentativa de resolução deste desencontro, elaborou-se o Decreto Nº 28.160 de 16 de janeiro de 1979, que culminou na marcação toponímia dos acidentes geográficos das áreas integrantes do Parque Estadual do Delta do Jacuí (RIO GRANDE DO SUL, 1979). Para os locais mencionados neste trabalho, os acidentes geográficos estão expressos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Acidentes Geográficos mencionados

Marcadores do Presente	Marcadores do Passado
Ilha das Flores	Anteriormente também conhecida como Ilha das Traíras, dos Carás Pequenos, Maria Conga, do Tamanco e da Maria Monjolla, a qual foi incorporada a Ilha do Quilombo.
Ilha da Casa da Pólvora	Anteriormente também denominada de Ilha da Pólvora e do Paiva, a sudeste, Ilha do Cônsul ou Vallongo, a sudoeste e Ilha de José Pedro Alves, Coroa Conga, Conga, da Conga e do Conga, a norte da ilha.
Canal Maria Conga	Entre o sul da Ilha das Flores e o norte da Ilha da Casa da Pólvora, anteriormente chamado de Arroio Maria Conga, Sangradouro da Maria Conga, Sangradoura da Conga, Canaleta da Maria Conga e Furado da Maria Conga.
Saco do Quilombo	Localizado no centro-norte da Ilha das Flores, com entrada a leste, pelo Canal Três Rios.

Fonte: Adaptado de RIO GRANDE DO SUL (1979).

Para melhor visualização dos acidentes geográficos, o mapa da Figura 4 expressa como seria a configuração do bairro de acordo com os marcadores toponímios do passado e do presente.

Figura 4: Mapa dos acidentes geográficos mencionados



Fonte: Adaptado de PMPA (2014).

Em um momento anterior ao Decreto N° 28.160 de 1979, esta seria a configuração dos locais mencionados no trabalho, o que permite visualizar que os Quilombos nas ilhas estariam localizados nas áreas onde hoje se localizam a Ilha das Flores e a Ilha da Casa da Pólvora.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os principais procedimentos metodológicos para este estudo basearam-se nos seguintes itens:

- Estudo bibliográfico a cerca das questões de quilombos e a ocupação histórica de povos tradicionais de matrizes africanas no bairro;
- Levantamento de campo, que envolveu reuniões com gestores da APAEDJ, reunião com o Conselho Deliberativo do Delta, reunião e grupo focal com moradores e participações de eventos festivos de práticas culturais africanas;
- Trabalho de Cartografia Participativa com os moradores. Os dados foram buscados com os moradores e especializados pelo aplicativo Google Earth e pelo software ArcGis;
- Participação de reuniões e eventos comemorativos culturais e religiosos no bairro.
- Elaboração dos resultados obtidos durante as etapas citadas e definição das considerações.

Importante pontuar que as práticas de grupos focais e cartografia participativa, além de serem formas de obtenção de dados do trabalho, representam formas de articulação para fortalecimento comunitário.

Dentro deste trabalho, a atividade que envolve a cartografia participativa objetiva a articulação dos moradores, o exercício e a iniciação com a atividade de localização cartográfica, além de oportunizar a produção de um mapa que lhes forneça autoria e argumentação, frente à gestão pública para a reafirmação da presença da cultura africana no bairro. De acordo com Harley (1995 apud Joliveau, 2008), a cartografia é uma forma de saber e de poder, e não de contestação, visto que jamais existiu uma cartografia popular. O mapa sempre esteve do lado dos grupos dominantes e a tecnologia da informática não fez mais que reforçar esta concentração de poder sobre os meios de informação.

Para Joliveau (2008), a cartografia dita de atores é feita pelos mesmos, para a extração das representações e saberes locais, sob a forma de esquemas e mapas rudimentares. Ainda que os autores digam pouca coisa sobre o trabalho coletivo, percebe-se que o mapa representa a realidade, não apenas no sentido gráfico. O mapa produzido coletivamente, segundo Crambézy (1995, apud Joliveau, 2008), vale mais

que um longo discurso, mas ele não se basta, devendo sempre ser acompanhado de um comentário. Neste sentido, o mapa pode conferir maior argumentação para as reivindicações da territorialidade negra no bairro.

4.1. Estudo Bibliográfico

Realizou-se estudo bibliográfico referente às questões de quilombos e seu respectivo reconhecimento e identificação. Buscou-se também registros de povos tradicionais de matrizes africanas e sua respectiva ocupação no bairro. A busca bibliográfica também contou com visita ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

4.2. Levantamento de Campo

Levantamento de campo contou com a participação em reuniões com gestores técnicos, conselho deliberativo do Delta, reunião com moradores e eventos de festividades de cultura africana ocorrentes no bairro. Para tais etapas, especificam-se as informações a seguir:

4.2.1. Reunião com os gestores da UC

Realizou-se no dia 17 de abril de 2015 uma reunião na sede da SEMA na APAEDJ, junto aos gestores da UC, uma reunião para relato sobre como é tratado o tema da existência de comunidades quilombolas nas dependências do Parque e da APA. Estiveram presentes três gestores administrativos da SEMA nesta reunião.

4.2.2. Reuniões do Conselho Deliberativo

Ocorrem mensalmente, na sede do Parque (SEMA), localizada na Ilha do Pavão, uma reunião com os membros do Conselho Deliberativo do Delta. Na ocasião da reunião, são tratados assuntos referentes às aprovações das decisões referentes aos zoneamentos da APA, dentre outros assuntos pertinentes à gestão da UC. Presenciaram-se as reuniões do mês de março e junho, ocorridas nos dias 12 de março e 11 de junho deste ano. Tendo em vista o andamento da elaboração do documento do Plano de Manejo (PM) da APA, as reuniões têm tido como pauta principal os assuntos referentes ao zoneamento da APA.

4.2.3. Reuniões com Moradores

As reuniões com moradores se deu de duas formas: individual e com Grupo Focal. Primeiramente se realizou um encontro com uma moradora representante das comunidades de cultura africana do bairro. O objetivo do encontro se baseou em diálogos sobre a existência de antigos quilombos nas ilhas e a possibilidade da existência de comunidade quilombola no bairro. Neste encontro foram coletados arquivos de áudio por recurso de gravador MP3. Além dos dados obtidos no diálogo, levantou-se a possibilidade da realização de um grupo focal com outros moradores, bem como ocorreu a indicação dos participantes.

O Grupo Focal com os moradores ocorreu no dia 6 de novembro de 2015, na sede da AFROSOL e do Terreiro Centro de Umbanda Reino de Iemanjá e Oxóssi do Povo Banto, na Ilha da Pintada. Compareceram a esta reunião os moradores indicados pela representante comunitária e colegas que se dispuseram a colaborar com o trabalho. A conversa com o Grupo Focal teve como objetivo buscar relatos referentes à história da ocupação de negros nas ilhas, bem como a existência de quilombos nas ilhas (Figura 5). Os dados da reunião foram coletados por arquivos de áudio com recurso de gravador MP3.

Figura 5: Grupo Focal com moradores



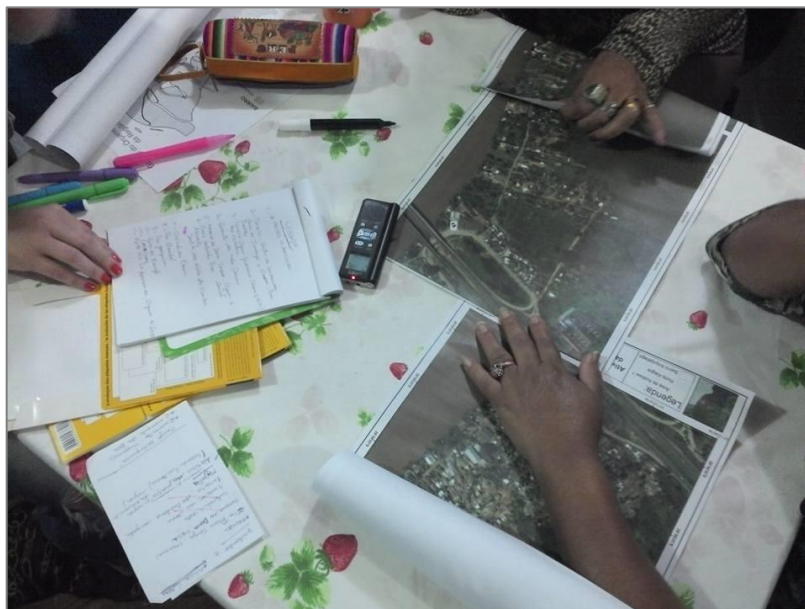
Arquivo do autor – Porto Alegre, 06/11/2015.

4.2.4. Atividade Interativa com Moradores – Cartografia Participativa

Foi realizada posteriormente à conversa com o Grupo Focal, em mesmo local e data, com os mesmos participantes do Grupo Focal a Cartografia Participativa, com o objetivo de localizar no mapa onde encontram-se os símbolos e onde ocorrem as

práticas culturais africanas. Para esta atividade, contou-se com mapas do bairro, obtidos por imagens de satélite, etiquetas adesivas, canetas e recurso gravador. Os moradores apontavam no mapa os locais onde ocorrem suas práticas e os símbolos culturais africanos (Figura 6).

Figura 6: Cartografia Participativa com moradores



Arquivo do autor – Porto Alegre, 06/11/2015.

Para esta atividade, os dados foram coletados por recurso de áudio e fotográfico. Após a atividade os dados foram sistematizados em gabinete. Produziu-se o mapa temático da localização dos símbolos e práticas culturais africanas no bairro, através do uso do software Arc Gis. Enquanto o recurso de áudio teve os arquivos transcritos, para leitura da fala dos moradores.

Nesta ocasião, combinou-se com os moradores que após a finalização do trabalho, os participantes irão receber um exemplar do mapa e uma cópia do trabalho, o que despertou interesse dos participantes. Ao final do trabalho foi realizada uma apresentação do canto africano, com instrumento de tambor, elemento também simbólico da cultura africana.

É importante salientar que no momento da entrega do trabalho aos participantes, o mapa será apresentado não como um produto finalizado e cristalizado. É importante explicar para os moradores que o mapa representa um recurso de saber e de poder, podendo ser também atualizado pelos moradores e utilizado em atividades educativas com os adultos da comunidade e as crianças nas escolas do bairro.

4.2.5. Participação em Eventos culturais

Os moradores das ilhas possuem um calendário de comemorações de suas datas religiosas. O grupo focal que participou do trabalho levantou a ocorrência destes eventos, sendo que no dia 15 de Novembro ocorreu a Festa para a Nossa Senhora Aparecida e no dia 20 de Novembro ocorre anualmente, na praça Salomão Pires Abraão, um Sarau em comemoração ao Dia da Consciência Negra.

A Festa da Nossa Senhora Aparecida ocorre anualmente no dia 12 de outubro, junto ao Terreiro de Ylê e Iansã e Xangô, na Ilha Grande dos Marinheiros. Neste ano a comemoração teve sua atividade atrasada por conta das inundações do mês de outubro, que atingiu a maioria dos moradores das ilhas, dentre outras localidades do Rio Grande do Sul.

A padroeira Aparecida tem sua correspondência na religião africana como a mãe Oxum. Esta comemoração nas ilhas conta com a presença de fiéis de diversas religiões, configurando o respeito à diversidade religiosa, presente no bairro. No dia da comemoração à Nossa Senhora Aparecida, as mulheres receberam uma homenagem, por representarem símbolos de força e resistência na comunidade.

Após a realização dos procedimentos foram compilados os dados e elaborados os resultados do trabalho, que resultaram no reconhecimento dos marcadores territoriais de matrizes africanas e o mapa resultado da espacialização na Cartografia Participativa.

4.2.6. Os Marcadores Territoriais de Povos Tradicionais de Matrizes Africanas no Bairro Arquipélago

Através da reunião realizada com os gestores da SEMA, verificou-se que não existe nenhuma comunidade quilombola no bairro, conquanto se sabe que existem menções à existência de antigos quilombos que se evidenciam pela toponímia de algumas ilhas. Os gestores concordam que seria interessante e de muita importância um estudo que apontasse a existência de quilombos no bairro, e que seriam feitas as devidas alterações no Plano de Manejo, caso fossem confirmados.

Nas reuniões deliberativas do Conselho do Delta se verificou que os assuntos referentes à existência de quilombos ou comunidades quilombolas não foram mencionados, bem como no Plano de Manejo do Parque, documento que menciona que existe uma única comunidade tradicional existente: a dos pescadores. Neste caso, verificou-se que o Plano de Manejo não identificou a existência de comunidades

tradicionais quilombolas pelo fato de os quilombos constituírem um assunto pendente para a administração pública, entretanto, em reunião com os gestores do Parque, os técnicos apontaram que esta é uma possibilidade que ainda não se pode descartar.

Quando dialogado com os moradores a respeito das ações dos povos tradicionais de matrizes africanas junto à administração pública municipal e à SEMA, verificou-se a existência de um movimento em conjunto com o Movimento Nacional do Povo Banto (MONABANTO) e o Fórum Nacional de Segurança Alimentar dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSAPOTEMA) de resgate histórico e ocupação territorial da Ilha da Conga, para que a ilha seja reconhecida como patrimônio do povo negro e inserida no Plano de Manejo.

Outro processo corrente na Ilha da Pintada, conquistado pelo Centro de Umbanda Reino de Iemanjá e Oxóssi é o espaço destinado à entidade Oxum na beira do Guaíba. O chamado Recanto da Mãe Oxum, está localizado na beira do rio, próximo à Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde. O recanto é resultado de um processo de reivindicações da comunidade do terreiro nas reuniões da SEMA. Trata-se de um local destinado à entrega de oferendas e plantio de ervas e chás, e representa uma grande conquista como parte da dívida histórica com os povos negros. A moradora chama a atenção para a importância desta conquista, visto que a beira do rio, considerada para os povos africanos um local sagrado, está tomada de mansões, impossibilitando o acesso dos moradores ao local para a realização de suas práticas culturais sagradas. Verifica-se com o Recanto da Oxum na beira do rio, um marcador territorial vivo. Os moradores apontam que o local estava se tornando depósito de lixo, mas foi revitalizado para a instalação do recanto (Figura 7).

Figura 7: Recanto da Oxum – Marcador Territorial Vivo



Arquivo do autor – Porto Alegre, 06/11/2015.

A moradora afirmou que a conquista se obteve em uma reunião com os gestores da SEMA, onde se reafirmou a estada de negros nesta região e em nome da ancestralidade, foram exigidos alguns critérios, os quais justificados, se exigiu um pedaço de terra em nome de um pedaço muito pequeno da dívida que esta região tem com os povos de matrizes africanas, bem como representa um espaço para usufruto dos seus descendentes, em nome da ancestralidade e do orgulho da história do povo negro.

Os moradores demonstram o cuidado com os objetos deixados no ambiente, visto que a cultura prega o zelo à natureza. O material utilizado é biodegradável, com embalagens de barro e papelão, evitando o uso de plásticos e isopor.

A partir dos estudos e das reuniões com gestores técnicos, verificou-se que os assuntos referentes à presença de quilombos nas ilhas é um assunto pendente. No entanto, os moradores apresentaram ações que representam um passo inicial deste processo, devendo ele ser continuado e insistido, para que eles se revelem nos documentos da administração pública.

As participações nos eventos religiosos permitiram o contato com outros moradores, o que oportunizou ainda maior aproximação com os moradores e a compreensão do processo do trabalho. As práticas religiosas estão, de fato, associadas à forma de resistência da cultura africana, tendo expressões no discurso dos moradores, nas suas vestes (Figura 8), nos alimentos, nos cantos, nos instrumentos (Figura 9) e na dança (Figura 10).

Figura 8: Vestes em cerimônia religiosa



Arquivo do autor – Porto Alegre, 15/11/2015.

Figura 9: Elementos da cerimônia religiosa



Arquivo do autor – Porto Alegre, 15/11/2015.

Figura 10: Representação de Oxum em cerimônia religiosa



Arquivo do autor – Porto Alegre, 15/11/2015.

Nos eventos participados oportunizou-se a conversa com moradores, que evidenciou a presença da cultura de matriz africana através também das artes da corporeidade, como a dança e a capoeira.

Os elementos citados demonstram a presença de marcadores territoriais e simbólicos de presença de povos africanos como os marcadores musicais e os marcadores religiosos sagrados. Os marcadores musicais também se reforçam pelas oficinas de dança afro, tambor e percussão em alguns terreiros do bairro.

Os estudos bibliográficos pouco revelam sobre a presença de negros no processo de formação histórica do bairro Arquipélago, mas os depoimentos dos moradores a respeito da ocupação histórica nas ilhas oportunizou um resgate histórico a partir da oralidade. Conforme os relatos, a história não está muito bem contada, porque ao negro nunca foi permitido o estudo, sequer que ele fizesse parte da História. Aos negros, restaram as formas verbais e orais como alternativa de registro histórico.

Se sabe do conhecimento sobre a ocupação ser de açorianos e não se fala dos negros. Os negros estavam aqui, fazem parte da história das ilhas e essa história tem que ser contada. (moradora das ilhas).

Os relatos também apontam a existência de casarões e fazendas onde tinham negros escravizados, na Ilha Grande dos Marinheiros, tendo inclusive a existência de uma senzala.

Então na Ilha Grande, ali antes da Ipiranga, ali era uma casa de escravo: senzala. E dentro da ilha nós temos uma casa antiga que também era de escravo e nessa casa o dono aterrou porque ele se apavorou. A única coisa que eu pedi pra ele, não desmancha a casa porque era a história da ilha aquela casa. Era a história dos escravos. Embaixo do porão tem as correntes (moradora das ilhas).

As ilhas guardam registros de escravidão, mesmo após a Lei Áurea. Isto porque o vínculo deixado pelo sistema de escravidão foi muito forte, resultando em formas de trabalho escravas em algumas relações de trabalho, que foram passando de geração em geração, entre os moradores das ilhas.

Levantou-se por relatos também, a necessidade da luta por respeito e pelo orgulho da ancestralidade, que nasceu do sofrimento da exclusão social e da negação do negro enquanto pessoa: *“Negro não tem alma, não serve pra trabalhar, não serve pra parir: força! Era assim!”* (moradora das ilhas).

Este país insiste em nos negar. Mas eles não conseguem, porque existem estudantes, professores como vocês que vêm “cavocar”. É isso que a gente quer. Cavoquem! (moradora das ilhas).

O que nós queremos é respeito, é sair da invisibilidade, e isso não tem dinheiro que pague. Nós sempre sofremos a exclusão. Ao negro não era permitido entrar nos clubes. Nós dançávamos na rua enquanto eles dançavam, dentro do salão (moradora das ilhas).

Porque nós não fomos escravos. Nós fomos escravizados. Me dá uma raiva, no colégio eu aprendendo tudo errado. “O escravo fulano” escravo o escambal! Meu povo tinha reis e rainhas. Por que não me contaram? Por que me levaram a crer que eu era uma negrinha qualquer e como tal eu tinha que ficar no meu canto e não crescer por ser negra? Eu lutei e fui buscar minha história! (Moradora das ilhas).

Verificou-se junto aos relatos a presença forte e marcante dos terreiros como quilombos de resistência.

Os terreiros para nós nada mais são do que quilombos de resistência... A minha mãe era jovem, solteira e já tinha terreiro na ilha. Quem será que levou isso pra lá, será que foi um branco? De quem é esse negócio? Esse negócio é nosso! (Moradora das ilhas).

Se eu tenho um terreiro, se eu tenho um tambor tocando, tão logo eu tenho um povo ali. Se eu tenho um terreiro, eu tenho um quilombo de resistência. E se eu tenho um quilombo de resistência, ele não surgiu do nada. Ele tem raízes, tem história... nós enviamos um documento à Brasília que para nós está mais do que claro que os quilombos são os terreiros de resistência. Não tem expressão maior. (Moradora das ilhas).

Verificou-se o reconhecimento do povo ao qual se faz parte, bem como ocorreu a quebra da relação com sua identidade.

De onde vem essa prática? Ela não veio de Portugal, ela não vem da Itália. Ela vem da África. Tão logo é a minha mãe África que tá aqui. Nós aqui, do terreiro, nos identificamos como povo banto, e esse povo banto não é uma ficção nossa. O povo banto é um povo trazido pra cá e espalhado como pólvora, porque diziam que este povo era muito rebelde. Existem muitos negros nas ilhas, mas muitos estão identificados com a igreja católica que retira a identidade do sujeito. É feito uma lavagem cerebral e o cara esquece que é filho da Mãe África, que é tataraneto, bisneto de escravizado e como tal ele tem um compromisso e uma responsabilidade neste chão. Esteja ele onde estiver (moradora das ilhas).

Verificou-se também a representação do negro em si, como forma de resistência da cultura africana, sendo ele a representação viva de um quilombo.

Não tem expressão maior da nossa culinária, da nossa vestimenta, dos nossos colares de conta, das nossas rezas, do nosso jeito(...)

Por que eu tô falando de um povo, eu sei de onde eu venho. Eu tenho meu dialeto próprio, eu sei quem sou eu. Tão logo eu não preciso ter um monte de tambor aqui na volta, não preciso ter uma casa de palha, não. Eu tô aqui! Eu sou a prova viva disto (...)

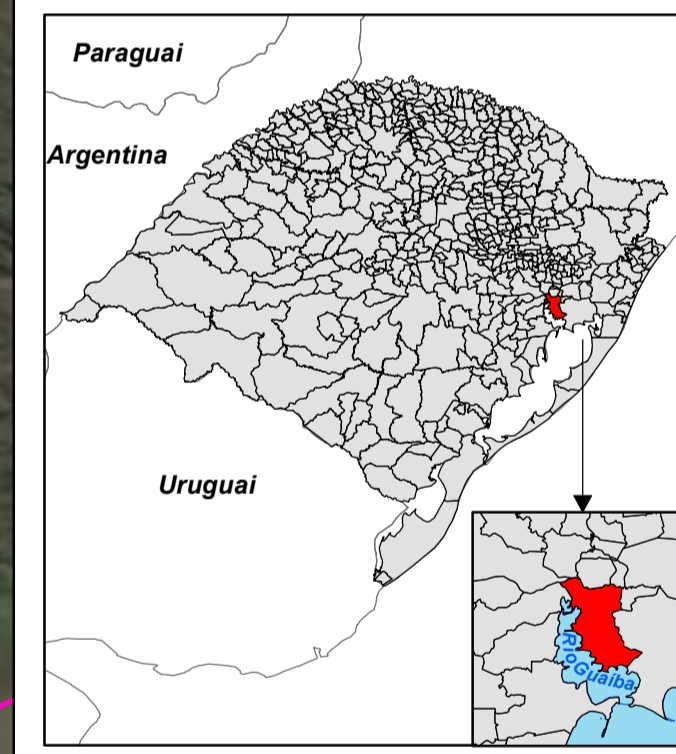
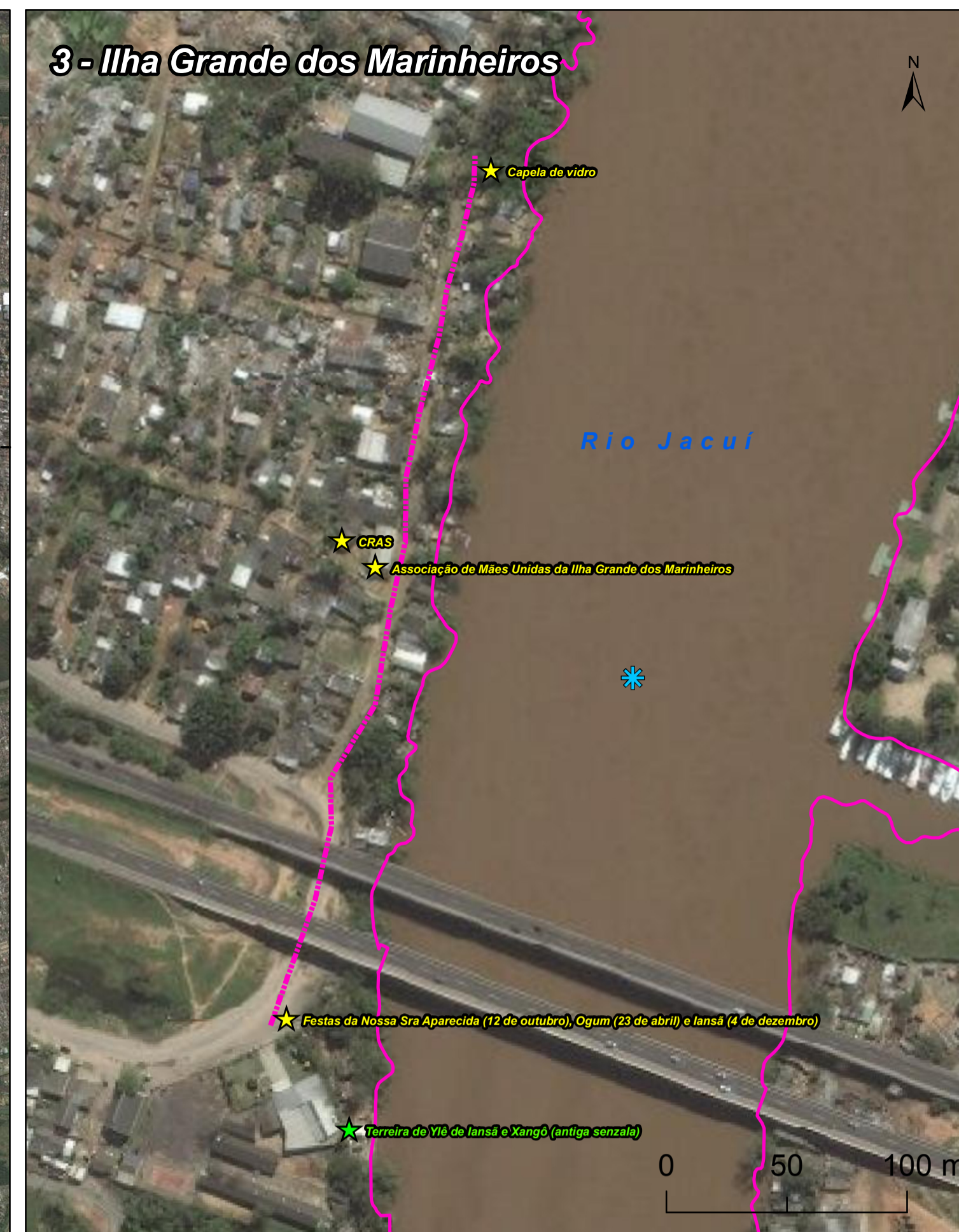
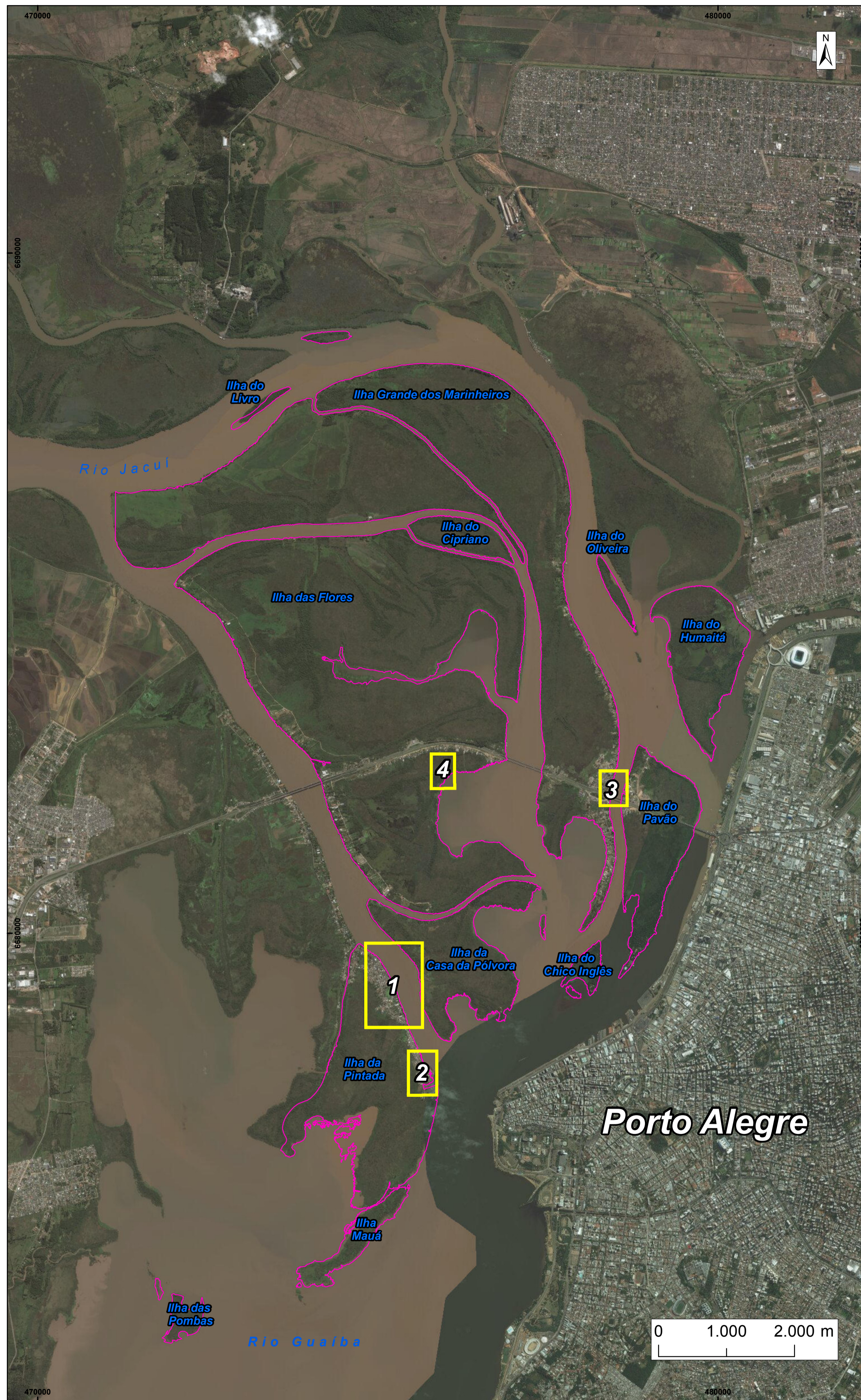
O que me dá o direito de ter todos os direitos possíveis e lutar por eles? Sou bisneta de escravizado, minha mãe sofreu discriminação, só pelo fato de ser negra... Eu digo que eu sou! Pela minha existência, pela minha mãe existir, pela minha avó, pelo meu avô, pelo meu pai, e aí vai! Eu tô aqui. Não precisa ter um registro. EU sou a prova viva disso. Enquanto negra e cidadã. E eu, enquanto negra vou lutar enquanto eu estiver viva (...)

Eu sou o quilombo em forma viva. Se eu estou aqui, meus ancestrais estiveram aqui, eles sofreram, eu sofri, eu resisti, tão logo eu sou o quilombo em forma viva. Está na minha cor, está em mim. (moradora das ilhas).

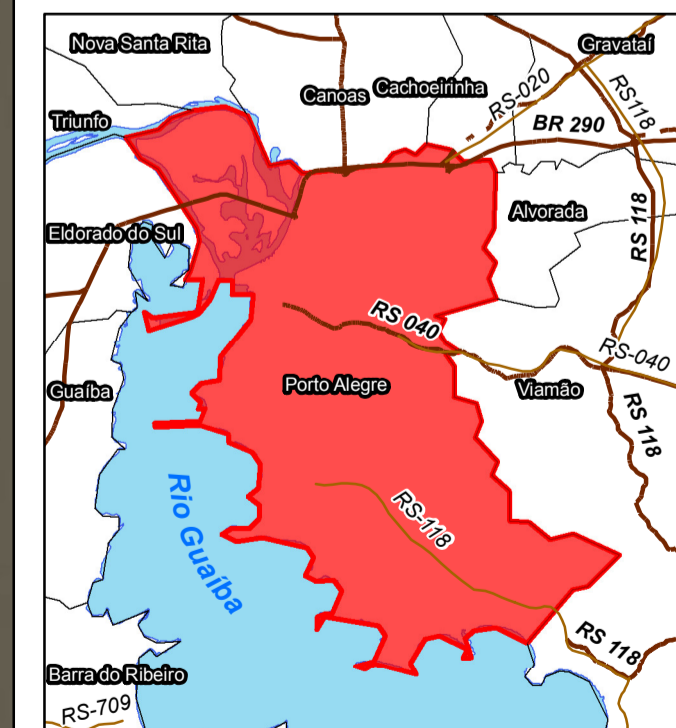
Os depoimentos dos moradores marcam um desejo muito forte de uma história que precisa ser melhor contada, porque não condiz com a história presente nos livros didáticos e que se aprende na escola. Além de apresentarem elementos fortes de resistência da cultura de matriz africana, demonstrando e comprovando tais práticas, além dos marcadores territoriais e simbólicos.

O mapa produzido pela atividade interativa de cartografia participativa resultou no mapa da Figura 11. Foram apontados os locais simbólicos e das práticas culturais de matrizes africanas,

Figura 11: Mapa da Cartografia Participativa com os moradores sobre as práticas territoriais de matrizes africanas



Município de Porto Alegre - Rio Grande do Sul
Escala 1:11.000.000



Município de Porto Alegre
Escala 1:500.000

Legenda

- ★ Localidades
- ★ Terreiros
- ✿ Mata: Símbolo Sagrado
- ✿ Águas: Símbolo Sagrado
- Desfile da Escola de Samba
- Procissão da Nsa. Sra. Aparecida
- Bairro Arquipelago, Porto legre

Escala
1:40.000
Parâmetros Cartográficos
Projeção Universal Transversa de Mercator; Fuso 22 Sul
Datum Horizontal: SIRGAS2000

O mapa resultado da atividade de cartografia participativa foi elaborado pensando na sua utilização pelos moradores e alunos das escolas do bairro. Foram apontadas quatro áreas de análise em foco, para facilitar a visualização dos elementos localizados no mapa.

Foram apontados os terreiros do bairro como quilombos de resistência da cultura africana. Também foram apontados como elementos simbólicos as águas e o mato, que constituem marcadores territoriais vivos. Os locais apontados no mapa estão expressos no quadro a seguir.

Quadro 2: Locais apontados no trabalho com a Cartografia Social	
Locais das práticas culturais de matrizes africanas	AFROSOL: Escola de Samba Unidos do Pôr do Sol
	Terreiro Centro de Umbanda Reino de Iemanjá e Oxóssi Povo Banto
	Desfile da escola de samba
	Oráculo de Oxum
	Pai Oxalá
	Pai Joaquim
	Reino de Xangô
	Festa da Nossa Sra. Aparecida (12 de outubro), Ogum (23 de abril) e Iansã (4 de dezembro)
	Terreira Ylê de Iansã e Xangô (antiga senzala)
	Procissão da Nossa Sra. Aparecida
	Capela de vidro
	Terreira da Mãe Tânia
	Terreiro de Ogum Guerreiro (hoje é o estaleiro)
Símbolos	Mata
	Águas
Locais do Bairro	CAR – Ilhas (Centro Administrativo Regional)
	Galpão de reciclagem
	Salão Comunitário da festa de Nossa Sra. Dos Navegantes.
	Associação de Mães Unidas da Ilha Grande dos Marinheiros
	CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

Arquivo do autor – Porto Alegre, 06/11/2015.

5. CONSIDERAÇÕES

Os quilombos já não são mais compreendidos como redutos antigos para onde se refugiavam os negros após o sistema de escravidão. O desenvolvimento da compreensão das leis permite compreender os quilombos enquanto espaços de apropriação do espaço e de resistência das práticas culturais de matrizes africanas. O trabalho permitiu concluir também que um quilombo pode ser representado pela forma do negro em si, visto que ele, enquanto pessoa e sujeito, demonstra resistência cultural frente ao processo histórico, marcado pela exploração e violência do seu povo.

A presença de quilombos e de ocupação histórica de negros nas ilhas já não é mais assunto intocado, ou mencionado de forma rasa a partir do momento em que existem trabalhos acadêmicos, técnicos e a existência de movimentos sociais que se articulam reivindicando o reconhecimento de seus territórios.

Com os resultados deste trabalho pode-se solicitar à Prefeitura Municipal de Porto Alegre que atualize o histórico dos bairros, de modo a atualizar a ocupação histórica do bairro Arquipélago, tendo como um de seus povos de formação os povos africanos, bem como iniciar os estudos para a verificação da existência de quilombos. Pode-se também solicitar à SEMA, estudos sobre a possibilidade de existência de quilombos nos limites da APAEDJ, para que seja possível, mais tarde, o reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais de matrizes africanas no zoneamento desta Unidade de Conservação, uma vez que este reconhecimento é previsto no Plano de Manejo pelo documento do Plano das Ações Emergenciais.

A demanda pelo reconhecimento dos povos tradicionais de matrizes africanas é cada vez mais frequente nos territórios marcados pelos sistemas de exploração colonial e escravista. O reconhecimento dos quilombos, dos povos tradicionais e de territórios tradicionais não deve ser visto apenas como uma forma de dívida histórica com o povo africano. É necessário o respeito e a valorização da cultura, da sua identidade e reconhecimento do povo africano como um dos elementos da formação do território brasileiro. É necessária a quebra e a desconstrução da estigmatização inferiorizada do negro, bem como a descontinuidade do racismo, fator construído socialmente na nossa história.

A concessão de terras por reconhecimento de quilombos inserem os povos de matrizes africanas definitivamente no território brasileiro, valorizando sua cultura, sua origem e reconhecendo o negro como cidadão brasileiro, que faz parte da formação do

território brasileiro, dadas às múltiplas etnicidades que compõem o território brasileiro. É preciso oportunizar, reciprocamente que os povos negros percebam que têm o reconhecimento, a visibilidade e valorização de sua cultura, reconhecendo-se também como cidadãos brasileiros, com a contribuição histórica na formação do território.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, R. S. A. **Geografia, territórios étnicos e quilombos.** in Tempos de Lutas e Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1113-temposdeluta-pdf&Itemid=30192> Acesso em 20 de novembro de 2006.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de, 1989, “**Terras de Preto, de Santo e Terras de Índio: Uso Comum e Conflito**”, Cadernos NAEA, 10, Belém, UFPA.

BRASIL. **Constituição da República Federal de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em 15 de abril de 2015.

_____. **Decreto N ° 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Disponível em <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/decreto_4887_de_20_de_novembro_d_e_2003.pdf> Acesso em 15 de dezembro de 2015.

_____. **Programa Brasil Quilombola. Comunidades Quilombolas Brasileiras – Regularização Fundiária e Políticas Públicas.** Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Goiás. 2004. Disponível em: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/portal-antigo/arquivos/pbq.pdf> Acesso em outubro de 2014.

_____. **Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Disponível em: http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Decreto_6040_2007.pdf Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

_____. **Comunidades Remanescentes de Quilombos.** Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> . Acesso em 20 de novembro de 2015.

CLAVAL, P. **Etnogeografias – Conclusão.** Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 7, P 69, 74, JAN/JUN de 1999. Disponível em <http://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6995/4944. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

COMISSÃO PRÓ INDIO DE SÃO PAULO. **Comunidades Quilombolas do Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rs/rs_quilombosurbanos.html> Acesso em 10 de novembro de 2015.

CHAGAS, M. F. **A política de reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, julho de 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a09.pdf>> Acesso em 29 de março de 2015.

COSTA, A. M. F. **Quilombos urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre/RS: uma análise a partir dos Quilombos do Areal e da Família Silva.** / Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ESCOBAR, A. S. **Um príncipe em Viamão.** Viamão Antigo. Disponível em <http://www.viamaoantigo.com.br/historias-01.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

GOMES, J. J. **Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre.** Unidade Editorial Porto Alegre. Porto Alegre, 1995.

HEIDRICH, A. L. Território e Cultura: Argumento para uma produção de sentido. In HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. **Maneiras de Ler Geografia e Cultura.** Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013.

HENRIQUE, I. C. **A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950).** Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6023/4982> Acesso em 29 de março de 2015.

JOLIVEAU, T. **O lugar do mapa nas abordagens participativas** in Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.) Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas**. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf Acesso em 29 de março de 2015.

LICHT, H. **Acidentes Geográficos do Parque Estadual do Delta do Jacuí e topônimos**. Porto Alegre, 1990.

MÜLLICH, E. P. M. **Ocupação urbana contemporânea em áreas de proteção ambiental. O caso da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS**. Dissertação de Mestrado 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Histórico da cidade**. Turismo. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257 Acesso em 16 de novembro de 2015.

_____. **Os Quilombos de Porto Alegre**. Procempa. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/osquilombos3.doc Acesso em 10 de novembro de 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 28.160. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1979. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=27940&hTexto=&Hid_IDNorma=27940> Acesso em 20 de abril de 2015.

_____. Portaria SEMA Nº 007, 03 de fevereiro de 2010. Plano de Ações Emergenciais – **PAE da Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí e do parque Estadual do Delta do Jacuí**. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Porto Alegre, 2010.

_____. **Plano de Manejo Parque Estadual do Delta do Jacuí.** Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Porto Alegre, 2014.

SILVA, M. H. N. **O Príncipe Custódio e a Religião Afro-Gaúcha.** Dissertação de Mestrado. UFPE. 1999.

SOUZA, A. C. B. **Morar e Viver nas Ilhas do Delta do Jacuí – Arquipélago de Representações Sociais em Porto Alegre – RS.** Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2014.